

A VIOLÊNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS DA ESCRAVIDÃO: uma leitura de sala de aula

Roberto Barreto Marques e Silva Júnior¹
 Maria Eduarda Jovita²
 Marytania Ribeiro dos Santos³

RESUMO: A escravidão é uma instituição que remonta à antiguidade, sendo uma prática executada em diferentes povos, como entre os gregos e os romanos, alcançando a península ibérica através do domínio Árabe, que a praticava expressivamente. Contudo, é com o império português e seu tipo de colonização que a escravidão vai revelar sua face mais perversa, de formato jamais visto e de consequências centenárias, capaz mesmo de enraizar um tipo de preconceito naturalizado, oculto, violento e ramificado. Centrados em autores como Lilia M. Schwarcz, Heloisa M. Starling, Jessé Souza e Pierre Bourdieu, buscamos expressar algumas das consequências deste tipo de escravidão lusa no Brasil contemporâneo, dando ênfase a um preconceito velado e difícil de combater e a uma violência moral e física que por sua força mantém um alcance para além da cor.

Palavras-chave: Violência. Sistema escravocrata. Patriarcalismo. Colonização. Domínio.

ABSTRACT: Slavery is an institution that goes back to antiquity, being a practice executed in different peoples, as between the Greeks and the Romans, reaching the Iberian Peninsula through the Arabic domain, which practiced it expressively. However, it is with the Portuguese empire and your kind of colonization that slavery will reveal its most perverse face, of a form never seen and of centuries-old consequences, capable even of rooting a kind of naturalized prejudice, occult, violent and branched. Focused on authors such as Lilia M. Schwarcz, Heloisa M. Starling, Jessé Souza and Pierre Bourdieu, we seek to express some of the consequences of this type of Portuguese slavery in contemporary Brazil, emphasizing a veiled prejudice and difficult to combat and to a moral and physical violence that by force maintains a reach beyond the color.

Keywords: Violence. Slave system. Patriarchalism. Colonization. Domain.

INTRODUÇÃO

O texto que hora o leitor tem em mãos não foi fruto de uma pesquisa científica específica, não é parte de um capítulo de uma monografia, dissertação ou tese de doutorado. Também não é um resultado de projeto de extensão e trabalho de campo entre quilombolas e povos tradicionais do Maranhão ou outra região – apesar de em certo sentido também falar deles. As palavras deste escrito advieram da relação entre professor e alunos, da lida diária de transformar e ser transformado, de pensar que ensina e aprender

¹ Graduado em ciências sociais (UFRPE), mestre em antropologia (UFPE) e professor de antropologia na Universidade Estadual do Maranhão. E-mail para contato: barreto_marques@yahoo.com.br

² Graduanda do curso de enfermagem da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail para contato: dudaajovitta@gmail.com

³ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail para contato: tania-vida@hotmail.com

com seus próprios erros e com os acertos dos alunos que pensam que erram; de planejar uma aula e transmutá-la em outra muito mais interessante e criativa na medida em que, como diz Ingold (2012), a teoria encontra a vida ou natureza e cultura se embrincam.

Os versos aqui “recitados” são então uma construção de sala de aula, mais precisamente dos cursos de pedagogia e enfermagem do campus Santa Inês da Universidade Estadual do Maranhão. Em tais cursos foram ministradas as disciplinas antropologia (enfermagem) e fundamentos antropológicos da educação (pedagogia), onde o módulo “o Brasil e o brasileiro: conhecendo a nós mesmos” foi discutido. A dinâmica das aulas foi dada a partir do protagonismo dos alunos⁴, onde grupos foram divididos por temas e textos e, em cada aula, dois grupos apresentaram um ou mais textos estudados, dispondo da autonomia de buscar outras obras que lhes auxiliassem a compreender e transmitir as ideias e conceitos. Cabia ao professor então “aparar” arestas, corrigindo algumas interpretações equivocadas e insuficientes, bem como complementar os temas e instruir na leitura e entendimento adequado dos escritos vindouros⁵.

Sobre o módulo “*o Brasil e o brasileiro: conhecendo a nós mesmos*” estudamos alguns autores que discorrem sobre o Brasil, independente de sua área de conhecimento. Lemos então historiadores, antropólogos e sociólogos que, sob uma perspectiva processual ou estrutural, procuraram compreender nossas peculiaridades socioculturais enquanto nação. Para abrangermos a questão racial no Brasil, a especificidade de sua miscigenação e racismo, elencamos Souza (2012), Schwarcz e Starling (2015) e DaMatta (1986). Sobretudo da leitura que fizemos dos três primeiros autores e das apresentações de seminários e debates contínuos, surgiu à ideia de uma mesa-redonda sobre o assunto. A incompreensão massiva do texto de Souza (op.cit), aliada ao esforço dos alunos para entendê-lo, gerou uma semana de conversas pelos corredores, ligações e textos e mais textos pelo aplicativo whatsapp – incomodamos e fomos incomodados. Anotações no caderno, debates de grupos

⁴A isso deve ter um termo didático, da área da pedagogia, ao qual deveríamos ter buscado para escrever nesta nota de rodapé, mas que ficaremos devendo especialmente porque o plano de ensino do professor não foi pensado em tal linha teórica intencional. Assim, quebra-se o protocolo de uma nota de pé de página devidamente embasada e se mantém a autenticidade – quem sabe cômica - do plano de ensino original.

⁵Quem sabe em uma publicação futura explicamos como foi, minuciosamente, a dinâmica sofrível, sábia, angustiante e gustativa destas aulas, onde emergiram alunos-escritores-palestrantes e professor chef gourmet de tapioca pernambucana.

na biblioteca e um tira-dúvidas sem fim precedeu o dia do seminário sobre o escrito de Souza (loc cit.) e Schwarcz e Starling (2015)⁶.

O seminário se mostrou proveitoso, repleto de comentários e anotações nos cadernos de alunos que se quer faziam parte do grupo responsável pelos textos. A sala parecia pequena para o eflúvio de ideias e afã por se fazer entender que o sistema escravocrata persistia em instrumentos quase imperceptíveis de controle e domínio e que a violência, como veremos, transpassa a flagelação física e alcança as relações entre patrões e empregados. No desejo de transpor as ideias e experiências que pudemos sentir em sala, montamos uma mesa-redonda, composta pelos autores deste artigo, e reunimos os primeiros períodos de pedagogia e enfermagem da Universidade Estadual do Maranhão (campus Santa Inês). Discorremos sobre o que compreendemos e sentimos e, como resultado final de tantas peripécias acadêmicas e de relação ensino-aprendizagem-sentimento, estamos aqui, publicando o texto engendrado nas forjas de uma relação entre professor e alunos e no anseio de nos fazer compreender sobre um tema tão caro à história presente de nosso país.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A PECULIARIDADE DE SEU DOMÍNIO

A escravidão é uma instituição que remonta à antiguidade, sendo uma prática executada em diferentes povos, como entre os gregos e os romanos, alcançando a península ibérica através do domínio Árabe, que a praticava expressivamente. Com a reconquista ibérica advinda das investidas seculares contra os mouros, emergiram dois impérios com tendências expansionistas via explorações além-mar, apresentando tal característica devido sua proximidade com outras grandes potência políticas e econômicas (caso da França) e a eminência de represálias árabes. Impossibilitados de expandir seus domínios territoriais por seus flancos, Portugal e Espanha se aventuraram para o mar, ainda repleto de mitos e habitado por criaturas sedutoras, devastadoras e por um fim no horizonte conforme o imaginário mítico cristão e greco-romano. A despeito dos temores, Portugal buscou outras terras, ainda mais quando sua vizinha (Espanha) vinha conseguindo lucrativas expedições com a descoberta de ouro no atual Peru. Os olhos

⁶Os textos de Souza analisados no seminário foram “a construção do poder pessoal: patriarcalismo e escravidão” e “a construção do poder pessoal: o dependente formalmente ‘livre’”. Já o de Schwarcz e Starling (complementar) foi “Toma lá, dá cá: o sistema escravocrata e a naturalização da violência”.

portugueses brilharam com a esperança de alcançar terras repletas de metais amoeáveis e especiarias⁷. Novas rotas de comércio foram experimentadas e expedições foram financiadas e autorizadas pela coroa portuguesa, o que levou a novas conquistas na África, Ásia e América, tornando o diminuto reino luso uma potência onde o sol não se punha em seus domínios.

Com a conquista do Brasil no ano de 1500, Portugal não poderia manter tal território apenas com uma violência física explícita e em guerra declarada aos nativos da terra. A expedição e os homens de Cabral e os outros que seguiram logo após não dispunham de condições bélicas, nem conhecimento relevante da nova terra para exercer efetivamente um tipo belicoso de domínio. Coube então ao escambo, a troca de favores e objetos, a tarefa de garantir a conquista nos primeiros anos, como asseveram Schwarcz e Starling (2015). A ausência de um extermínio voluntário e imediato dos indígenas, ao contrário do que certas tendências de senso comum afirmam, não derivou de bondade, cordialidade e compreensão por parte dos Portugueses. Foi uma estratégia lógica diante de um povo desconhecido, de número expressivo (conta-se aproximadamente 6 milhões de indígenas no ano de 1500) e de pleno conhecimento de seu território. Qualquer general observando seus próprios números em relação ao “inimigo” ou teria recuado ou tentado o contato pacífico enquanto reunia mais forças e conhecimento geográfico. O contato pacífico foi de caso pensado e, mesmo assim, não durou muito.

Após alguns anos com os indígenas, tendo adquirido certo conhecimento mínimo da terra, visto que poderia aproveitar dela apenas o extrativismo vegetal, particularmente do pau-brasil, outras formas de domínio se efetivaram, como a chamada guerra justa, onde os portugueses guerreavam com determinados povos nativos e transformavam os prisioneiros em escravos. Outra forma era a demarcação de povos de aliança, que eram aqueles selecionados para o convívio pacífico, onde se mantinha o escambo e também a servidão entre aqueles que se submetiam à Igreja e ao convívio com os jesuítas. Tais indígenas acabavam também entrando em conflito com os inimigos dos portugueses, aumentando assim o número de “soldados” do lado luso. Mas afora as guerras de extermínio e domínio e as epidemias que os portugueses trouxeram ao corpo indígena sem imunidades às

⁷Em 1501 ocorreu a primeira expedição, apenas para um conhecimento em relação ao território e dimensão da terra colonizada. Em 1503 ocorre a segunda, que leva extração de pau-brasil, este sendo o primeiro produto daqui comercializado. Em meados de 1530 o rei de Portugal organizou uma expedição com objetivo de povoar o território brasileiro e expulsar os invasores. Data deste período o cultivo da cana-de-açúcar.

mazelas europeias, a tentativa de escravidão foi outro flagelo para os nativos da terra. Os prisioneiros de guerra foram forçados ao trabalho, conforme a tradição portuguesa de influência Árabe, porém aos indígenas tal prática era estranha. Não estavam acostumados a trabalhar mais do que o necessário à subsistência, muito menos a produzir excedentes para outros que se consideravam seus donos.

Os resultados foram diferentes formas de resistência indígena, sendo muitas intencionais e outras não. Afastados de sua aldeia, forçados a trabalhar à exaustão, muitos nativos da terra optaram pelo suicídio, haja vista que sua própria religião não via a morte como um problema, como esclarece Cunha (1978). Outros optaram pelas fugas, auxiliados por um exímio conhecimento geográfico. Ainda outros indígenas, de corpos menos acostumados ao trabalho pesado, simplesmente desfaleceram e sucumbiam à morte por exaustão. Acrescido a tudo isso, a Companhia de Jesus passou a atribuir alma aos indígenas, afirmando que eles não poderiam ser escravizados e exterminados, mas batizados e transformados no corpo de Cristo. Tal interpretação inicialmente gerou represálias por parte de capitães do mato e colonos interessados na mão-de-obra escrava indígena, mas logo se constatou o prejuízo que era a escravidão dos nativos da terra, sendo seu servilismo conseguido de modo eficiente apenas pelos jesuítas, que partiam de um método de compreensão da cultura nativa. Necessitando de mão-de-obra numerosa, forte, resistente a doenças e que desconhecesse a terra onde iriam trabalhar, os portugueses partiram para outro continente em busca desta valiosa força de trabalho. Deixaram então a escravidão indígena (ou a reduziram) em prol da negra advinda de diferentes povos africanos, que passaram a ser trazidos para o Brasil em embarcações específicas para o tráfico negreiro e após um aprisionamento por “guerra justa”.⁸

Com colonos portugueses, indígenas e negros africanos convivendo nos mesmos espaços, sendo então os colonos uma minoria diante de uma terra tão vasta e de um número cada vez maior de escravos africanos, o tipo de colonização e dominação portuguesa se evidencia em sua plenitude, como defende Souza (2012) em sua leitura de Gilberto Freyre. Diferente de outras nações e potências que criaram separações⁹, até mesmo por leis, entre colonos e colonizados, onde aqueles não poderiam se casar ou até

⁸ A mão-de-obra do escravo africano começou a ser empregada ainda na primeira metade do século XVI, quando do início da produção de açúcar. Neste sentido a escravidão no Brasil está intimamente ligada ao trabalho extensivo em grandes áreas destinadas à monocultura.

⁹ Ingleses, franceses e holandeses separavam a população por cor e condição financeira. As leis também faziam distinção entre colonos e colonizados.

mesmo manter relações sexuais com os nativos, o caso português se prefigurou o contrário. A coroa portuguesa não só permitia o casamento entre colonos e nativos da terra (mais especificamente com indígenas), como incentivavam, através de leis específicas que instruíam como deveria ser o casamento e o dote, legislando até mesmo sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos. Como dito, Portugal era uma terra diminuta, com grandes potências ao redor, de população minguada e de vasto território conquistado fora da Europa. Como então preservar o que tinha e expandir suas conquistas?

Uma destas formas foi através do casamento e do concubinato com os nativos da terra que, acredito, o leitor poderia confundir com o casamento por interesse político visto entre os reinados e principados, mas que na verdade Freyre (2006) interliga com uma aculturação Árabe advinda da época da Reconquista. Sob o casamento, o concubinato e a expressiva prole que derivavam destas relações, uma população mestiça foi pululando então sob o domínio original do colono que, apesar de casado e mantendo relações sexuais com os locais, exerciam um tipo satisfatório de domínio que interessava à coroa portuguesa na medida em que focava em seus interesses e não nos dos locais. Ficava assim remediada a falta de gente para exercer o domínio de vastos territórios e que, como defende Souza (2012), permeará toda a história social do Brasil sob a figura do patriarca, do senhor de terras autoritário e da violência como código de conduta.

VIOLÊNCIA, ESCRAVIDÃO E SISTEMA ESCRAVOCRATA NO BRASIL.

A escravidão de modo algum é uma prática recente na história da humanidade. Se retomarmos a história das primeiras civilizações, como aquelas que se tornaram sedentárias entre os rios Tigre e Eufrates, observarão tal prática permitida e inscrita em códigos e leis próprias como o de Hamurabi, onde uma dívida poderia ser paga com o serviço compulsório do devedor ou a venda de familiares. Nestes casos prescritos pelo código, a escravidão era aceita como exceção e praticada como uma forma de limpar a honra, sendo algo praticado entre um mesmo povo, de mesma cultura e costume. (GIORDANI, 1963). Um tipo de escravidão análoga também foi verificado na antiguidade ocidental, entre os romanos, que ao fazerem guerras com gauleses e outros povos transformavam os prisioneiros em escravos, que eram comercializados em mercados públicos, utilizados como soldo para os soldados e espólio de guerra de generais. Suas

tarefas eram as mais diversas, sendo utilizados em atividades domésticas simples, mas também em funções mais complexas como as de intérprete e escriba.

Contudo, a escravidão entre os romanos não compunha um sistema totalmente indispensável, que prefigurava a maioria da população das cidades e que ocupava todas as áreas do trabalho braçal. Além disso, os escravizados eram um povo que, em geral, viviam nas fronteiras de Roma e em guerra com seu imperialismo. Eram verdadeiros inimigos de guerra subjugados e de fenótipo semelhante a seus conquistadores. Diferente da escravidão no Brasil, os escravos romanos não diferiam muito fisicamente de seus dominadores e nem advinham de terras completamente longínquas.

No Brasil a escravidão teve uma longa duração, que marcou vários aspectos da cultura e da sociedade brasileira, como uma suposta forma de civilização em base a uma “Civilização da cana de açúcar”. Isto implicava em uma relação de trabalho, onde a existência da mão de obra escrava africana trazida pelos portugueses consolidava um conjunto de implicações em relação ao trabalho, formulando certos valores para a sociedade brasileira. Nesse percurso com a chegada dos portugueses, ocorreu toda uma problemática de preconceito racial e social e uma crescente violência no decorrer de nossa história. No princípio da colonização portuguesa, com as atividades açucareiras no Brasil, iniciou um tráfego de trabalhadores negros vindos da África, forjando certa familiaridade com a população africana, classificando-os de amigos ou inimigos sem que se preocupassem com sua cor, ou sua raça; era um domínio camuflado. Com a opção feita pelo trabalho escravo, o tráfico de viventes se tornou um dos maiores negócios para a Coroa Portuguesa.

Como percebe o mundo do trabalho, a escravidão fez com que o trabalho tivesse uma denominação, uma característica diferente da sociedade da época. O trabalho braçal, árduo, pesado, era destinado ao negro e a ele era exigido um enorme esforço físico. A rotina espinhosa forçava um trabalho obscuro, duro, sem lucro para o negro; forçado e com base no sofrimento e na punição. Sem contar que, para se manter uma civilização econômica de monocultura ativa e que obtivesse lucro, os escravos eram mantidos sobre uma disciplina, discurso proferido pela Igreja e proprietários que entendiam tal “trabalho árduo como atividade disciplinadora e civilizadora” (SCHWARCZ; STARLING, 2015.p. 91.). O trabalho compulsório, que impõe a autoridade do senhor, deixa registrada a sensação de medo, devido a aplicação de muitas sanções. O negro exposto no tronco após constantes açoites, à humilhações e à vergonha; as correntes que pressionava as mãos e os

pés do escravo para que não tivesse possibilidade de se mover, as mascaras de flandres para impedir que o escravo comesse terra e provocasse suicídio são elementos constitutivos desta violência. Esses maus tratos criaram uma “arqueologia da violência”, onde o senhor de engenho se torna a autoridade máxima impondo seu poder perverso, abusivo, de uma autoridade macabra, marcada e registrada no corpo e na memória do negro e no contexto real da história da civilização brasileira. Para termos uma ideia do sofrimento de um escravo do campo, trabalhador de lavoura, vale considerar a narrativa de um trecho do romance “A carne” de Júlio Ribeiro, onde um escravo fugido é duramente punido pelo crime de almejar a liberdade¹⁰.

[...] O administrador abriu o tronco, o negro ergueu-se baio, trêmulo, miserável.

Sob a impressão do medo como que se lhe dissolviam as feições.

Caiu de joelhos, com as mãos postas, com os dedos nodosos enclavinados.

Era a última expressão do rebaixamento humano, da covardia animal.

Infudia dó e nojo.

- Pelo amor de Deus, seu Mané Bento, nunca mais eu fujo!

E chorava desesperadamente.

- Não faça barulho rapaz – respondeu o administrador.

- São ordens do senhor, hão de ser cumpridas.

- Vá chamar o sinhô!

- O senhor está deitado, não vem [era escuro ainda, pela madrugada], não pode vir cá. Deixe-se de história, arreie as calças e deite-se.

- Nossa Senhora me acuda!

- Você não chama por Nossa Senhora quando trata de fugir – gritou impaciente o caboclo. Vamos, vamos acabar com isto, ande.

O infeliz volveu os olhos em torno de si, como procurando uma aberta para a fuga. Desenganado, decidiu-se.

Com movimentos vagarosos, tremendo muito, desabotoou a calça suja, deixou-a cair, desnudou as suas nádegas chupadas de negro magro, já cheias de costuras, cortadas de cicatrizes.

Curvou as pernas, pôs as mãos no chão, estendeu-se, deitou-se de bruços.

O caboclo tomou posição à esquerda, mediu a distância, pendeu o corpo, recuou o pé esquerdo, ergueu e fez cair o bacalhau [chicote de couro] da direita para a esquerda, vigorosamente, rapidamente, mas sem esforço, com ciência, com arte, com elegância de profissional apaixonado pela profissão.

As duas correias tesas, duras, sonoras, metálicas, quase silvavam, esfolando a epiderme com as pontas aguçadas.

Duas riscas branquicentas, esfareladas, desenharam-se na pele roxa da nádega direita.

O negro soltou um urro medonho.

¹⁰De antemão pedimos perdão por um citação tão grande, porém pensamos que, na literatura, dispomos de poucos registros tão intensos não só sobre a violência para com o escravo, mas da presença de diferentes elementos do sistema escravocrata e do sadismo daqueles que auxiliaram em sua manutenção.

Compassado, medido, erguia-se o bacalhau, descia rechinante, lambia, cortava.

O sangue ressumou a princípio em gotas, como rubins líquidos, depois estilou contínuo, abundante, correndo em fios para o solo.

O negro retorcia-se como uma serpente ferida, afundava as unhas na terra solta do chão, batia com a cabeça, bramia, ululava.

- Uma! duas! três! cinco! dez! quinze! vinte! vinte e cinco!

Parou um momento o algoz, não para descansar, não estava cansado; mas para prolongar o gozo que sentia, como um bom gastrônomo que poupa um acepipe fino.

Saltou por cima do negro, tomou nova posição, fez vibrar o instrumento em sentido contrário, continuou o castigo na outra nádega.

- Uma! duas! três! cinco! dez! quinze! vinte! vinte e cinco!

Os uivos do negro eram roucos, estrangulados: a sua carapinha estava suja de terra, empastada de suor.

O caboclo largou o bacalhau sobre o estrado do tronco e disse:

- Agora uma salmorazinha para isto não arruinar.

E, tomando da mão do administrador uma cuia que esse trouxera, derramou o conteúdo sobre a derme dilacerada.

O negro deu um corcovo; irrompeu-lhe da garganta um berro de dor, sufocado, atroz, que nada tinha de humano. Desmaiou. (RIBEIRO, 2014.p.53-55)

Percebe-se na pena de Ribeiro, um escritor naturalista e abolicionista convicto, o uso do tronco e do chicote como elementos comuns ao cotidiano escravo, ressaltando-se a manutenção de um sistema perverso por meios físicos degradantes, mas que, como vimos parcialmente no trecho e retomaremos mais à frente, é mantido com a conivência de diferentes setores da sociedade e diversos seguimentos raciais e classistas, tais como o mulato, o caboclo, o branco e o pobre. Curiosamente, os danos sofridos pelo escravo fugido, castigado brutalmente até a perda de sua consciência, serve à manutenção de outros tipos de controles e violências, como a verificada no interior da casa-grande, onde os “escravos de estimação” recebiam outro tipo de tratamento. Não eram tão comuns os açoites, as máscaras, os grilhões e demais punições físicas. Os escravos da casa sofriam outro tipo de controle para se manterem dóceis e lenientes ao controle patriarcal e ao sistema escravocrata.

Apesar de haver a palmatória e outras punições físicas, mantinha-se o agrado e a imagem do trabalho do lar como algo bom e destinado a escravos privilegiados. O senhor não poderia infligir grandes punições físicas para com alguém que servia seu alimento, cuidava de suas crianças e vigiava o seu sono. O controle neste caso era bem mais ameno, não no sentido de menos cruel, mas de mais refinado e eficiente, tendo a gratidão como elemento mantenedor da ordem e a imagem do escravo do campo como um serviço

naturalizado do qual os escravos do lar eram privilegiados por estarem “em outro patamar”¹¹.

Todavia não podemos esquecer que a escravidão não foi pacífica. Houve várias formas de resistência contra a posse de humanos e a obstinação escrava deu origem primeiro a quilombos; os esconderijos que eram os acampamentos dos fugidos. Os conflitos diretos e indiretos entre escravos e senhores também eram percebidos na preservação da religiosidade africana, através de cantos, magia, dança, comida, capoeira; suicídios como forma de rebelião individual; sabotagens nas máquinas de moinho, abortos, dentre outras formas de resistência à escravidão. (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A escravidão, seja ela vista entre os mesopotâmicos, egípcios antigos, romanos ou qualquer outro povo, apresenta consequências humanas drásticas e danosas, não havendo uma escravidão boa ou ruim, amena e rígida. Toda ela provoca danos à humanidade, ainda mais quando temos ciência de que ela se prefigura ainda hoje através do tráfico humano e o trabalho escravo em fazendas e prostíbulos. A questão enfatizada aqui é a do caso específico da escravidão brasileira, que foi a última a ser extirpada, a que mais resistiu a pressões internas e externas e a que apresentou diferentes formas de controle dos corpos e das mentes daqueles que mais a sofreram em seu seio, a saber, o escravo africano. Este, ao contrário do que certas tendências pacifistas nos fazem compreender, não foi diferente em suas ações de prisioneiros de guerra que resistiram e revidaram o castigo sofrido e os excessos de seus carrascos.

Revoltas, fugas, rebeliões, autoflagelações, suicídios e envenenamentos de senhores acabaram compondo as revoltas coletivas e individuais dos escravos, que exerceram como puderam sua autonomia, resistência e punições para com o branco e o sistema escravocrata que os subjugava. Mas, como vimos e veremos sob outros aspectos, o sistema escravocrata tomou mão de diferentes aparelhos ideológicos, punitivos e dominadores para se manter por séculos. Toda a resistência escrava contribuiu para minar tal sistema e, se não fosse deste modo, talvez a escravidão prescrita tivesse perdurado por mais tempo. Por outro lado, seu fim meramente formal que, vale salientar, custou o Império¹², ocorreu

¹¹Aqui temos uma leitura de Freyre (2006), mais alinhada à Souza (2012), pois verificamos sim uma escravidão mais amena dentro da casa-grande, porém este termo não se refere a uma diminuição de uma violência, mas de sua preservação mais eficiente e necessária à manutenção do sistema escravocrata.

¹²Schwarcz e Starling (2015), bem como outros historiadores, argumentam que um dos motivos para o fim do Império e início da República foi justamente a abolição da escravidão assinada pela

sem grande concordância popular, sem políticas públicas para com os libertos e sem grande ônus para os donos de terras. Como então se pode dizer do fim de um sistema tão enraizado, duradouro e com aparelhos físicos e ideológicos de controle tão bem elaborados? Pode-se dizer que a escravidão formal teve um fim jurídico, mas o sistema escravocrata não.

VIOLÊNCIA, PATRIARCALISMO, FAMILISMO E TRABALHO LIVRE

Como vimos, o tipo de colonização portuguesa, baseada em um processo de aculturação desigual, onde os colonos se permitiam o casamento e o concubinato com os nativos, serviram aos propósitos expansionistas e mantenedores da ordem idealizados pelo Império luso. Não cabiam as incontáveis guerras declaradas aos nativos, não era pertinente a confecção de inimigos, mas sim a construção de um sistema de domínio múltiplo, que mantivesse o sistema escravocrata, de separação social sutil, de domínio particular, de controle familístico, de linhagem patriarcal e de um poder pessoal baseado na terra e no controle de diferentes corpos, seja ele branco, caboclo, indígena ou negro. Perceba que aqui a história, o evento, se reproduz na mudança como atesta Sahlins (2003), ou seja, o tipo de colonização portuguesa se baseou em um investimento privado (tenha em mente as capitanias hereditárias), no exercício da autonomia por parte dos colonos, que vieram para o Brasil no intuito de gerar riquezas e a eles cabiam a função de policial, delegado, promotor e juiz. A Coroa pouco mandava, posto que seu interesse estava primeiro no comércio de drogas da terra e na preservação e conhecimento de seus domínios na esperança futura de encontrar metais preciosos. No passar dos anos obviamente muito mudou, os historiadores que o digam sobre nossa riqueza histórica e nossas divisões políticas e econômicas entre o Brasil antes da conquista, o Brasil Colônia, Império e a República (esta com suas respectivas divisões). Contudo, como enfatizam Holanda (1995), Freyre (2006) e, em retomada destes, Souza (2012), houve a manutenção de uma estrutura que remonta ao nosso tipo de colonização e domínio e cuja base deve à escravidão enquanto sistema.

princesa Isabel em 1888. Um ano e seis meses depois, foi proclamada a República, sendo a monarquia exilada.

Neste sentido, o sistema de domínio se preservou na medida em que a história mudou e os sistemas políticos e econômicos foram alterados se devendo, em parte, a esta mesma mudança o fato da permanência e consolidação das formas de domínio e controle sociais mais eficientes. A abolição da escravidão, o emprego do trabalho livre, a doação e empréstimos de terras ao trabalhador, a república, a democracia e o surgimento de certas leis reguladoras do trabalho e uma tendência à burocratização revelam as faces da mudança e encobrem as permanências, violências e dominações¹³.

A abolição ocorre, mas a cor negra permanece como um forte marcador social, sendo um signo de repulsa, um estigma que atinge não só o negro, mas o mestiço e tudo que dantes era atribuído ao escravo africano, como o trabalho braçal, a fala, o modo de comer e vestir e o cheiro¹⁴. A cor negra é evitada e as gradações da cor passam a persistir, tais como a cor de canela, o escurinho, o queimado do sol e tantas outras nomenclaturas que dizem bem respeito ao caráter relacional de nossa cultura de que fala o DaMatta (1986), mas que também é revelador de nossa incapacidade de nos assumir e identificar e que, no caso do negro, mantém uma ligação íntima entre cor e atribuições do escravo.

Aqui, como já atesta Freyre (2006), se tem pavor ao trabalho braçal, tais como o de pedreiro e marceneiro, enquanto o trabalho intelectual é tão valorizado que se confecciona enquanto carreira, destino certo da elite e anseios daqueles que querem ascender socialmente mesmo quando um trabalho no comércio pode render mais lucros. Trabalho braçal então é coisa de escravo enquanto o intelectual é coisa de branco¹⁵. Mesmo antes do trabalho livre integrar todo o sistema econômico com a abolição da escravidão, ele permaneceu cruel para com o trabalhador, não apenas pelo que já conhecemos do trabalhador rural que labuta muito para ganhar pouco, mas pela dependência deste para com seu empregador, dependência esta constituída por um poder pessoal, familístico.

Mesmo livre, o pequeno posseiro, boiadeiro, jagunço e capitão do mato, criava laços de afinidade com seu empregador. Laços estes que, mais uma vez, mantém uma ligação

¹³O reducionismo neste momento é um tanto inevitável. Para uma compreensão mais ampla ver textos de antropologia política como os de Eric Wolff aliados com os de Althusser, tal como: ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação) In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142

¹⁴Max Weber (GERTH; MILLS, 1982), em visita aos Estados Unidos, já constatava que a questão do “cheiro de negro” também era um discurso dos brancos para se diferenciar mas que, em sua vivência com os norte-americanos, seus sentidos olfativos não perceberam nenhum odor que diferenciava efetivamente o negro do branco. Percebeu então, até mesmo nos sentidos, uma discriminação de origem cultural e não fisiológica.

¹⁵Karl Marx discorre bem sobre a divisão social do trabalho e a separação injusta entre os que pensam e os que fazem. No caso brasileiro tal divisão toma elementos próprios que foram bem considerados por Florestan Fernandes em alguns de seus livros, como em “A integração do negro no mundo dos brancos”

com o tipo de domínio luso, onde um chefe, um patriarca, controla vastas terras e pessoas não através de contratos formais, mas através da familiaridade e da afetividade. Trata-se então de algo completamente diverso de um domínio formal, onde um trabalhador exerce tarefas específicas, prescritas, orientadas e remuneradas, onde o empregado sabe o começo e o fim de seus afazeres e o empregador tem ciência de seus compromissos, como devidamente pensado por Weber (GERTH; MILLS. 1982) em sua noção de burocracia, típica das sociedades capitalistas¹⁶.

No caso brasileiro a burocracia se tornou à moda da casa e o trabalho livre não se constituiu em algo efetivamente livre nem mesmo entre os brancos menos favorecidos e mestiços. Aqui não só a sombra da colonização nos alcançou, mas os tentáculos da escravidão negra que, na necessidade de se manter o trabalho livre e uma população subempregada¹⁷, exerceu um tipo de domínio já conhecido, porém melhor entendido através daquilo que Bourdieu (2010) chama de violência e dominação simbólica, sendo que esta apresenta uma resistência “muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996.p. 270)

O dependente formalmente livre – como afirma Souza (2012) – em tempos de escravidão dispunha, de um lado, de sua liberdade e, de outro, do exemplo perverso da escravidão. Na procura de uma distância deste trabalho compulsório, o subempregado buscava o auxílio do senhor, que o acudia ao arrendar terras e lhe fornecer serviço. Nesta relação, que poderia seguir os trâmites burocráticos, na verdade imperava o trato informal e a dependência por meio de um poder familiar. O empregador mantinha uma relação de apadrinhamento com o empregado, sendo a gratidão perene o que sustentava o trabalhador em sujeição ao empregador. Nesta lógica de dependência, o discurso da equidade era lugar-comum. Filhos de empregados se tornavam afilhados dos senhores, senhores concediam presentes de aniversário e doavam trajes para as filhas dos caboclos e

¹⁶Sobre o capitalismo, Weber defende que, apesar dos pontos comuns característicos, na verdade há “capitalismos”, na medida em que cada Estado manifesta peculiaridades específicas deste sistema. Neste sentido Souza (2012; 2015), dada sua própria formação alemã, não se distancia da interpretação de Weber ao verificar no poder pessoal e no familismo um elemento que favorece o “capitalismo à brasileira”. Para uma melhor compreensão do sucesso do capitalismo moderno e do processo de racionalização nele envolvido, conferir: WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁷Perceba o paralelo com a noção de “exército de reserva” já falado por Marx, onde a presença de desempregados na sociedade serve à manutenção do subemprego e dos baixos salários. Sobre esta questão, vale a leitura dos textos de Ricardo Antunes, em especial: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009

mulatos que compunham seu quadro. Senhor dava trabalho remunerado, concedia cargos de respeito e autoridade e deixava até mesmo certos trabalhadores comerem à mesa com ele.

Contudo, como atesta Souza (2015), o discurso não resistia à prática efetiva da lida diária. Se existia os favores do senhor, havia uma contraparte muito maior por parte do trabalhador. A relação tecida entre os dois mantinha então um discurso de igualdade, porém pautado em uma dominação simbólica que ficava clara na falta de limites para com os afazeres do empregado. Este, pela gratidão socialmente construída e mantida para com o senhor, não media esforços para agradar e se fazer rogado perante a vontade do patrão que, especialmente em tempos de eleição, exigia do posseiro, boiadeiro e jagunço não só o seu voto, mas também a inimizade para com o partido rival e a capacidade de matar pela honra do patrão, pois, como enfatiza Souza (op. cit), a ingratidão, neste tipo de dominação simbólica pessoal, é o pior dos pecados.

A escravidão perdura em sistema, para além da própria questão da escravidão negra, mas adentrando no trabalho livre como oposição, no medo do homem livre ser ligado ao escravo. Aqui também vemos o tipo de colonização portuguesa, centrada em uma relação de amizade aparente com os locais da terra, no caso mestiços livres pressionados pelo poder pessoal e pelo temor da acusação de ingratidão e, por isso mesmo, conectados à uma eterna dependência e reconhecimento sem limites, porém unilateral. E é neste sentido que a escravidão perpassa suas fronteiras aparentes, transpassando a questão da violência física e simbólica para além do escravo e penetrando, a nível simbiótico, os interstícios do trabalho livre na figura do trabalhador que teme sua conexão e proximidade real com a condição escrava se sujeitando, sem perceber, a um sistema que também lhe é danoso, naturalizando sua situação e o sistema ao qual faz parte. Contudo esta violência simbólica, apesar de naturalizada e incorporada na rotina, apresenta consequências específicas para quem é impingido por ela. Não é por ser “absorvida como o ar” que ela não resulta em problemas reais cuja origem não se pode delimitar pelo agente. Como responde Bourdieu quando interrogado por Eagleton:

É uma situação que surge com muita frequência, e que não contradiz o que afirmo sobre a doxa. Pode-se estar perfeitamente adaptado a esse estado de coisas [rotinas consideradas normais] e a dor provir do fato de que se internaliza um sofrimento silencioso, que pode encontrar uma expressão corporal sob a forma do ódio a si mesmo, da autopunição [como o discurso do fracasso e do individualismo hoje]. (BOURDIEU; EAGLETON, 1996.p. 277)

Vemos aqui que a violência simbólica a qual os empregados sofrem e que, além de não ser percebida, é reproduzida por estes, apresenta consequências morais evidentes. Tais implicações podemos fitar na efetivação do que Souza (2012) chama de tendência sadomasoquista do brasileiro. Tendo por base uma visão crítica de “Casa Grande e Senzala” em dialética com a obra da socióloga Carvalho Franco, Souza (loc. cit) traz à tona as consequências do sistema escravocrata e da dominação simbólica nas relações de poder entre escravos, subempregados livres e senhores de terras brancos. Afirma que há um sadismo por parte dos senhores ao sentir prazer no poder, no domínio do outro e nas punições que inflige moral e fisicamente a escravos e apadrinhados que emprega. Um pouco deste sadismo podemos ver mais uma vez na pena de Ribeiro quando este registra o gozo que uma jovem sente ao apreciar o castigo no tronco do negro fugido que vimos no tópico anterior:

Lenita [que, escondida, apreciando a tortura] sentia um como espasmo de prazer, sacudido, vibrante; estava pálida, seus olhos relampejavam, seus membros tremiam. Um sorriso cruel, geado, arregaçava-lhe os lábios, deixando ver os dentes muito brancos e as gengivas rosadas.

O silvar do azorrague, as contrações, os gritos do padecente, os fios de sangue que ela via correr, embriagavam-na, dementavam-na, punham-na em frenesi: torcia as mãos, batia os pés em ritmo nervoso.

Queria, como as vestais romanas no ludo gladiatório, ter direito de vida e de morte; queria poder fazer prolongar aquele suplício até à exaustão da vítima; queria dar sinal *pollice verso* [sinal usado na Roma antiga para indicar que o gladiador vencido deve ser morto pelo vencedor] para que o executor consumasse a obra.

E tremia, agitada por estranha sensação, por dolorosa volúpia. Tinha na boca um saibo de sangue.” (RIBEIRO, 2014.p. 53-55)

Perceba o prazer na dor do outro e isso vindo de uma mulher que, na narrativa de Ribeiro, mostra-se letrada e com dotes intelectuais superlativos para uma garota de fim de século habitante de uma fazenda de cana-de-açúcar paulista. Lenita passa a noite se revirando na cama dada sua profusa ansiedade em não perder a hora do castigo do negro. Acorda antes de todos na casa e, ainda na penumbra, desloca-se para próximo ao tronco, tomando o cuidado de não ser vista e de escolher um bom lugar para observar a cena de um escravo sendo açoitado, vertendo sangue, gritando e desmaiando de dor. Lenita representa bem o sadismo do sistema escravocrata na figura de um de seus lados, do dominante branco que não só considera as punições físicas e morais aceitáveis, mas

regozija-se com elas. O problema é que o sadismo acaba virando código de conduta por ser o branco, senhor de terras, grande produtor, tomado como modelo e exemplo desejável, bem como pela participação de subempregados, mulatos caboclos e libertos dentro deste sistema sádico. Apesar do próprio senhor ter a liberdade de executar a punição, é o capataz ou o feitor que cumpre a ordem do castigo e este, em geral, é um subempregado mestiço apadrinhado pelo proprietário, como vimos na cena exposta no tópico anterior. Aqui se revela uma das consequências de uma violência e dominação simbólica; na chance do oprimido oprimir e, ao mesmo tempo, reproduzir sua condição.

Investido de autoridade, nem que seja temporária, aparente e policial, o subempregado expõe seu sofrimento internalizado. A violência simbólica sofrida, como assevera Bourdieu (2010), então se manifesta na violência física para com o outro, como uma canalização da própria dor e sofrimento diário que o agente não sabe bem que sofre, mas o sente. Além deste “ódio a si mesmo” que é refratado na pele do negro, de pares e desafetos do senhor, há a legitimação da violência, posto que a figura de maior autoridade e poder dentro do círculo do sistema escravocrata se utiliza deste instrumento físico e moral constantemente. O grande proprietário de terras é um exemplo a ser seguido, alguém no topo da hierarquia e, como tal, seus atos são vistos como legítimos e invejáveis, sendo um deles o exercício da violência em diferentes frentes. E é aqui que o sadismo se une também ao masoquismo, posto que não só há um cumprimento das ordens do senhor e um deleite na dor do outro como também, como defende Souza (2012), a legitimação do poder e do modo de vida do grande proprietário nos anseios de ser como ele, mas não por superação e sim por manutenção da ordem e da dinâmica social vigente. Na interpretação de Souza (op.cit), não há então uma resistência por parte de subempregados e subcidadãos, mas uma manutenção estrutural advinda de sua condição e relação familística com o senhor. Não se pode se rebelar contra uma mão amiga, contra o padrinho do filho, contra um generoso senhor que, como o avô do “meio de engenho”, fornece carne seca ao jornaleiro em tempos de enchente e seca, que empresta terras, que concede cargos e pequenos serviços, que traz escola para a comunidade e constrói igreja e sabe o nome de todos os habitantes nos arredores de sua região.

Sobra o exemplo e a busca por proteger o sistema e o senhor que habita no topo dele. Fica marcada uma violência simbólica que resulta em uma pobreza e dependência estrutural que irrompe em continuidades sutis que operam em consonância com a mudança. Estrutura-se o que Souza (2012; 2015) chama de “ralé” a partir da falta não só de

capital econômico, mas de um código moral firme, de um ethos nacional que a unifique. O resultado é a existência de brechas para a violência como código de conduta, a afronta e o revide como algo naturalizado e legitimado pelo que foi visto e aprendido do grande proprietário de terras e das figuras que os sucederam como exemplo. Na ausência de um poder maior do que o senhor, de até mesmo uma presença mais forte da igreja enquanto instituição mais consolidada do que as oligarquias, do que o poder pessoal do grande proprietário rural perdurou não um código religioso, de base católica forte, mas a violência como código de conduta entre as camadas populares¹⁸. O brasileiro do DaMatta (1986), sujeito indeciso, que não é uma coisa ou outra, que tem dificuldades de seguir leis e regras, que manobra no jeitinho e na malandragem, que toma o público por privado, bem como o homem cordial de Holanda (1995) é em Souza (loc. cit) a ralé forjada no tipo de colonização portuguesa, na perversidade do sistema escravocrata e na dominação exercida pelo grande proprietário de terras.

REVERBERAÇÕES DO TIPO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E DO SISTEMA ESCRAVOCRATA

A escravidão não é uma história que ficou no passado. Retirados de suas terras, povos, famílias, línguas e costumes para viverem acorrentados e em trabalho forçado em uma terra desconhecida, os prisioneiros africanos importados para o Brasil levaram em seus corpos as marcas da violência física e moral, formando a base perversa do sistema escravocrata cujos tentáculos transpassaram as barreiras da cor, da classe, do gênero e até mesmo do tempo. Atualmente, como assevera Souza (2012), o estigma do sistema escravocrata, que é maior do que a própria escravidão em si, está nos morros, na violência urbana exacerbada e que nenhum quantitativo policial sozinho consegue dirimir; está na “ralé” marcada pela falta: de recursos financeiros, de uma mobilidade social robusta e de um código moral consolidado e não respaldado na violência. A escravidão atinge o escravo, o senhor, o trabalhador livre e todo o ambiente que a favoreceu.

Neste sentido, Souza (op.cit) acompanha um raciocínio filosófico advindo da relação senhor e escravo de Hegel, devidamente revitalizado teoricamente e embasado

¹⁸Baseado em Carvalho Franco, Souza defende que falta ao brasileiro um ethos nacional que o identifique, o que acaba lhe deixando vulnerável ao bovarismo. Além disso, a igreja católica enquanto instituição é vista como estando abaixo e sujeita ao poder pessoal do senhor, capaz mesmo de mandar e desmandar nos clérigos de sua região e tomar a seu favor as ações filantrópicas da igreja. Portanto há uma diferença constitucional na formação do ethos nacional se comparada a que Weber traçou na constituição do americano a partir do calvinismo.

empiricamente na realidade brasileira, enxergando bem o problema da escravidão para além de uma questão de cor e dos problemas da escravidão para o escravo. A tese, portanto, é a questão da escravidão não só para indivíduos e grupos que sentiram diretamente em seus corpos o sofrimento e a discriminação, sendo considerados propriedades, mas um problema sistêmico, que provocou e provoca danos em uma sociedade inteira. A escravidão está presente nas relações entre patrões e empregados quando o contratante exerce o poder pessoal a seu favor, quando humilha o empregado sem explicação além do sadismo herdado pelo tipo de colonização a que fomos submetidos; quando enquanto negro escondo minha cor e a maquio nas fotos de redes sociais, quando olho um negro na esquina e escondo o celular, quando a polícia faz mais abordagens em negros do que em brancos, quando as prisões estão cheias de negros e quando, enfim, acredito que a política de cotas é um contrassenso ou uma forma de remediar o passado quando o passado na verdade está, de modo latente, presentificado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

_____. *Sobre o Estado.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Os mortos e os outros.* São Paulo: HUCITEC, 1978

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala.* 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006

GIORDANI, Mário Curtis. *História da Antiguidade Oriental.* Petrópolis: Vozes, 1963

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37.p. 25-44. 2012

RIBEIRO, Júlio. *A carne.* 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

_____; **STARLING**, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

_____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

GERTH, H.H; **MILLS**, C. Wright (org). *Max Weber: ensaios de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.